

**PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS
SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR
EDITAL Nº 01/CMDCA/2022**

CADERNO DE PROVA

CANDIDATO(A): _____
RG: _____ SSP/_____
Assinatura: _____
DATA: 15 de maio de 2022.

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01 – Você está recebendo este caderno de prova com 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha versando sobre pontos da Lei Municipal nº 1.200/2006 e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90)

02 – Cada questão possui quatro alternativas (a, b, c, d), sendo somente uma alternativa correta.

03 – Verifique se este material está completo. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos responsáveis pela sala. Após a conferência, você deverá assiná-lo no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

04 – Esta prova é individual e não será permitida, durante a sua realização, a comunicação entre os candidatos e a utilização de livros, anotações, impressos, legislação ou qualquer outro material de consulta.

05 – Após 30 (trinta) minutos, você poderá solicitar o CARTÃO-RESPOSTA. A correção das provas será efetuada considerando exclusivamente as marcações do CARTÃO-RESPOSTA, por isso tenha cuidado na marcação.

06 – Você terá 03 (três) horas para responder as questões de múltipla escolha.

07 – As anotações do gabarito para conferência deverão ser efetuadas somente no formulário abaixo e destacadas pelo Fiscal, **após a entrega do material.**

08 – Não será permitido levar o caderno de prova, que a prova será disponibilizada com o gabarito preliminar até às 19h do dia de hoje, no *site* oficial do Município.

.....

ANOTAÇÃO DO GABARITO PARA CONFERÊNCIA														
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20										

Questões sobre a Lei Municipal nº 1.200, de 25 de fevereiro de 2006 e suas alterações

01) As ações para atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Marmeleiro serão implementadas através de:

- a) políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
- b) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- c) serviço de identificação e localização de pais, responsáveis de crianças e adolescente;
- d) todas as alternativas anteriores.**

02) O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, para efeito de agilização, será efetuado:

- a) de forma integrada entre órgãos dos Poderes Públicos e a Comunidade;**
- b) apenas pelos órgãos dos Poderes Públicos;
- c) sem participação de pessoas da Comunidade;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

03) Os programas de proteção ou socioeducativos desenvolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar do Município destinam-se a:

- a) orientação e apoio sociofamiliar;
- b) colocação familiar;
- c) abrigo;
- d) todas as alternativas anteriores.**

04) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por:

- a) 07 representantes do Poder Público e 07 representantes da sociedade civil;
- b) 06 representantes do Poder Público e 06 representantes da sociedade civil;
- c) 04 representantes do Poder Público e 04 representantes da sociedade civil;**
- d) 05 representantes do Poder Público e 05 representantes da sociedade civil.

05) O Conselho Tutelar de Marmeleiro é composto por cinco membros titulares e suplentes, que terão mandato de:

- a) 02 (dois) anos;
- b) 04 (quatro) anos;**
- c) 03 (três) anos;
- d) 01 (um) ano.

Questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990)

06) Sobre a proteção da criança e do adolescente, é correto afirmar que:

- a) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;
- b) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

c) nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

d) todas as assertivas anteriores estão de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

07) No que se refere aos cuidados das mulheres para proteção da vida e da saúde da criança, é incorreto afirmar que:

a) é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas de atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde;

b) os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos o acesso a serviços e a grupos de apoio à amamentação;

c) a gestante e a parturiente têm direito a acompanhante durante o período do trabalho de parto, mas não no pós-parto imediato;

d) a gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil.

08) Considera-se criança para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa de:

a) até doze anos de idade incompletos;

b) até doze anos de idade completos;

c) até dezoito anos de idade incompletos;

d) até dezoito anos de idade completos.

09) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas:

a) pelo Conselho Tutelar;

b) judicialmente;

c) pelo Ministério Público;

d) todas as alternativas estão corretas.

10) Castigo físico é considerada a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) lesão;

b) humilhação;

c) ameaça grave;

d) ridicularização.

11) O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, exceto:

a) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

b) opinião e expressão;

c) participar da vida familiar e comunitária com discriminação;

d) crença e culto religioso.

12) O direito ao respeito consiste:

a) na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente;

b) abrange a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças;

c) abrange a preservação dos espaços e objetos pessoais;

d) todas as alternativas anteriores.

13) Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, exceto:

- a) opção de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- b) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- c) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- c) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

14) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada:

- a) 3 (três) meses;
- b) (seis) meses;
- c) 8 (oito) meses;
- d) 12 (doze) meses.

15) Para fins de garantia do direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, é incorreto afirmar que:

- a) é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta;
- b) a manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família não é a medida preferencial em relação a outras providências;
- c) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável;
- d) será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

16) Sobre a perda ou suspensão do poder familiar, é correto afirmar que, exceto:

- a) a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar;
- b) não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem;
- c) a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, sem procedimento contraditório;
- d) a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará, por si só, na destituição do poder familiar.

17) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente e:

- a) sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada;
- b) tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência;
- c) na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida;
- d) todas as alternativas anteriores.

18) Ainda sobre a colocação em família substituta, é incorreto afirmar que:

- a) não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado;
- b) a colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais sem autorização judicial;
- c) a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção;
- d) ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

19) No que se refere à guarda:

- a) destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros;
- b) confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
- c) as alternativas "a" e "b" estão corretas;
- d) nenhuma alternativa está correta.

20) Quanto à adoção, podem adotar as pessoas:

- a) maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil;
- b) maiores de 18 (dezoito) anos, mas apenas se casados;
- c) maiores de 21 (vinte e um) anos;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.